


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0012418-33.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **LOURDES APARECIDA DE LIMA GONÇALVES**
 Requerido: **SIMM - Soluções Inteligentes Para Mercado Móvel do Brasil Ltda**

 Juiz(a) de Direito Substituto: Dr(a). **Ju Hyeon Lee**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do artigo 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença.

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um produto da ré, o qual após alguns dias apresentou problemas de funcionamento.

Alegou ainda que a ré trocou o aparelho, mas o novo teve o mesmo vício, de sorte que tenciona receber de volta o valor que despendeu.

A ré em contestação reconheceu a troca da primeira mercadoria comprada pela autora, o que denota a existência do problema invocado a fl. 13.

O quadro delineado basta ao acolhimento da pretensão deduzida.

Com efeito, o vício apontado pela autora deve ser reputado existente, tanto que a ré, por uma vez, fez a troca do aparelho e, na segunda oportunidade, a autora não mais quis a substituição.

Nesse contexto, deve ser afastada a alegação da ré que entende pela aplicação do artigo 18, parágrafo 1º, do Código de Defesa do Consumidor, pois o referido dispositivo deve ser aplicado uma única vez, sob pena de prejudicar o consumidor que ficaria privado do produto por 30 dias, toda vez que houvesse substituição do produto.

0012418-33.2014.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

Destarte, a oportunidade para sanar o vício deve ser concedida uma vez ao fornecedor. O entendimento contrário acarretaria ausência de razoabilidade do sistema do CDC. Ademais, não se pode olvidar que as normas do CDC tem a finalidade de tutelar a parte mais vulnerável da relação jurídica, o que corrobora a interpretação exposta acima.

Assim, patenteado o vício no produto e a impossibilidade de sua reparação no trintídio, é de rigor a aplicação ao caso da regra do artigo 18, parágrafo 1º, inciso II, do CDC, prosperando no particular a restituição do valor despendido pela autora para a aquisição do objeto.

Por fim, deve ser esclarecido que a escolha sobre a melhor alternativa em situações dessa natureza incumbe ao consumidor e não ao fornecedor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 389,00, acrescida de correção monetária, a partir de junho de 2014 (época da compra), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse da autora; decorrido tal prazo *in albis*, poderá a autora dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no artigo 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 15 de janeiro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA